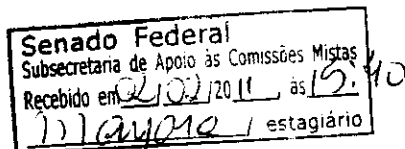




CONGRESSO NACIONAL



MPV-517

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/02/2011	proposição Medida Provisória nº 517 / 2010			
autor Deputado Ivan Valente – PSOL/SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Ficam revogados os artigos 1º a 3º da Medida Provisória nº 517, de 2010.</p> <p style="text-align: center;">Justificação</p> <p>Os artigos 1º a 3º da presente Medida Provisória isentam de Imposto de Renda (IR) os ganhos dos estrangeiros e pessoas físicas brasileiras com os juros de empréstimos concedidos a empresas brasileiras. Tal isenção, instituída sob a justificativa de criar um “mercado de financiamento privado de longo prazo”, representa, na realidade, mais um grande privilégio tributário para a renda do capital. Enquanto este último ganhará mais uma generosa isenção, os trabalhadores assalariados pagam um pesado IR com uma tabela fortemente defasada, que pune principalmente a classe média, com alíquota de até 27,5%.</p> <p>Importante lembrar que em 2006, o governo federal editou a Medida Provisória nº 281 – convertida na Lei 11.312/2006 – que isentou de IR os ganhos dos estrangeiros com a dívida interna brasileira, alegando também que isto possibilitaria a redução das taxas de juros. Porém, a taxa Selic continua sendo a maior do mundo. Além do mais, tal isenção contribuiu com a grande entrada de dólares no Brasil, que causa a indesejada sobrevalorização do real frente ao dólar – prejudicando a indústria nacional – que se aprofundará ainda mais caso o art 1º da Medida Provisória 517 seja aprovado.</p> <p>A falta de um “mercado de financiamento privado de longo prazo” no Brasil não decorre de uma suposta tributação onerosa para o ganho do capital, mas sim, dos altíssimos juros pagos pelo governo na gigantesca dívida pública, que induz o sistema financeiro a direcionar grande parte da poupança nacional para os títulos públicos, ganhando as maiores taxas do mundo em prazos curtíssimos. Desta forma, não interessa ao sistema financeiro nacional financiar a produção a juros baixos e prazos longos.</p> <p>Para que o sistema financeiro privado possa cumprir seu papel, é necessário que se reveja a política de endividamento, por meio de uma ampla auditoria, prevista na Constituição de 1988, porém jamais realizada. O próprio Relatório Final da recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados – aprovado pela base do governo e pelo PSDB - reconheceu que o Brasil pratica taxas de juros não civilizadas, em prejuízo da economia nacional.</p> <p>Portanto, apresentamos a presente emenda, que visa impedir mais um privilégio tributário para o capital.</p>				
PARLAMENTAR				

